



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,08% São Paulo	118.160	R\$ 4,907 (+ 0,266%)	R\$ 1.320	R\$ 5,252	12,15%	12,09%	Maio/2023 0,23 Junho/2023 -0,8 Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26
0,12% Nova York	119.177	1/novembro 4,973 3/novembro 4,888 6/novembro 4,888 7/novembro 4,875					

## CONTAS FISCAIS

# Dívida pública cresce R\$ 601 bi em 2023

Com juros altos e aumento de despesas, endividamento aumenta 8,35% de janeiro a setembro e alcança R\$ 7,83 trilhões

» ROSANA HESSEL

O aumento dos gastos do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva — turbinado com a ampliação de despesas em R\$ 168,9 bilhões por meio da PEC da Transição, aprovada no fim de 2022 —, e o impacto da manutenção da taxa básica da economia (Selic) em 13,75%, entre agosto do ano passado e agosto deste ano, estão saindo caro para o país. De acordo com dados do Banco Central (BC), o volume da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) cresceu R\$ 601 bilhões, em termos nominais, em apenas nove meses de 2023.

Os números, divulgados ontem, mostram que a dívida pública avançou de R\$ 7,225 trilhões, em dezembro de 2022, para R\$ 7,826 trilhões, em setembro deste ano, ou seja, houve um crescimento de 8,35% no estoque de endividamento do país. Esse avanço é resultado, em grande parte, do aumento do rombo das contas públicas, que é fruto da elevação dos gastos em ritmo maior do que o das receitas, e do custo dos juros. Os dados mostram que, no terceiro mandato, Lula está seguindo o ritmo de gastança do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2022, e manteve a porta aberta para a ampliação das despesas, algo bem comum em anos eleitorais.

A piora do quadro fiscal, na avaliação do economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, “está mais relacionada ao excesso de gastos, e parcialmente ao efeito da conta de juros”. “Basta ver o aumento do déficit das contas públicas. Os juros já estavam altos antes e a dívida atingiu seus valores mais baixos.”

Calculada como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), a DBGG avançou em um ritmo menor, passando de 72,9%, em dezembro de 2022, para 74,4% em setembro deste ano, um avanço de 1,5 ponto percentual do PIB. Os dados do BC mostram que, no ano, o aumento dos juros foi parcialmente contrabalançado pela valorização cambial e pelo aumento do PIB nominal. Contudo, a tendência é de que a dívida continue crescendo, e, pelas estimativas da consultoria Warren Rena, ela encerrará o ano em 75,2% do PIB.

“Existem dados condicionantes a serem considerados sobre o aumento do estoque da dívida pública bruta, mas, basicamente, a alta é reflexo do déficit primário e dos juros, que estão pressionando bastante o resultado. O cálculo do endividamento como percentual do PIB dá uma amenizada, porque o crescimento do PIB nominal, que é o denominador nessa conta, contribui para reduzir a dívida em termos proporcionais”, explicou a economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal.

### Sinal amarelo

Apesar de o crescimento do PIB acima do esperado neste ano ter ajudado a amenizar o

cenário fiscal, o sinal está amarelo, diante das incertezas em torno da manutenção da meta de déficit zero em 2024 no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLO), que ainda não foi aprovado pelo Congresso. O presidente Lula sinalizou que a meta deve mudar, passando a prever déficit nas contas públicas no próximo ano. Não à toa, o Banco Central, reforçou o alerta sobre a questão fiscal e recomendou a manutenção das metas estabelecidas para garantir a continuidade da política monetária, que, desde agosto, vem reduzindo a taxa Selic em 0,50 ponto percentual a cada reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Na ata da última reunião, além de reforçar a preocupação com “o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal”, o Copom ressaltou que “no período mais recente, cresceu a incerteza em torno da própria meta estabelecida para o resultado fiscal, o que levou a um aumento do prêmio de risco”. “Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, consequentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas”, informou o documento, divulgado nesta semana.

### Quadro pior

Vale lembrar que, em 2008, o Banco Central mudou a metodologia de cálculo da dívida pública, e, por isso, os números do BC são diferentes das projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Fundo incluiu na conta os títulos do Tesouro Nacional que estão na carteira do Banco Central. Pelo critério do BC, isso não é feito. Caso não houvesse a mudança, a dívida pública bruta estaria em um patamar muito maior do que o mostrado nos dados divulgados ontem. Conforme o histórico das séries temporais da autoridade monetária, em setembro, a taxa seria de 82,6% do PIB.

De janeiro a setembro, o resultado nominal das Necessidades de Financiamento do Setor Público, que considera a conta de juros mais o resultado primário — refletindo o tamanho verdadeiro do rombo fiscal do país — mais do que dobrou em relação a 2022, passando de R\$ 304,7 bilhões (4,16% do PIB) para R\$ 645,9 bilhões (8,1% do PIB). Esse resultado é 40,3% superior ao rombo registrado nos 12 meses do ano passado. Apenas em setembro último, o resultado nominal foi deficitário em R\$ 99,8 bilhões. No acumulado em 12 meses até setembro, o déficit nominal alcançou R\$ 801,6 bilhões (7,62% do PIB).

### Fatura alta

Em setembro, a conta de juros registrou queda, após o BC ter iniciado o novo ciclo de cortes da taxa Selic. Mas,

### Disparada

Aumento de gastos públicos e impacto das taxas de juros elevadas são alguns dos motivos para o aumento nominal de R\$ 601 bilhões na dívida pública bruta em 2023



Evolução da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)  
Estoque — Em R\$ trilhões



**74,4%**

Taxa da dívida pública bruta em relação ao PIB em setembro de 2023

**82,6%**

Taxa da dívida pública bruta em relação ao PIB, em setembro de 2023, considerando a metodologia antiga do BC

**R\$ 97,1 bilhões**

Deficit primário do setor público consolidado em setembro

**R\$ 548,8 bilhões**

Conta de juros nominais no acumulado de janeiro a setembro de 2023

### ROMBO CRESCENTE

Resultado nominal do setor público, que corresponde à necessidade de financiamento, não para de crescer diante do aumento dos gastos

Dados acumulados de jan — set

R\$ bilhões

% do PIB

4,2  
277,8

4,3  
304,7

8,1  
645,9

Fonte: Banco Central.

Basicamente, a alta da dívida pública é reflexo do déficit primário e dos juros, que estão pressionando bastante o resultado

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente

no acumulado de janeiro a setembro, a conta de juros nominais do setor público consolidado (que inclui os governos federal e regionais, mais as empresas estatais) cresceu 26,2%, para R\$ 548,9 bilhões — o equivalente a 6,9% do PIB. Esse montante ficou bem próximo ao total registrado de janeiro a dezembro de 2022, de R\$ 586,4 bilhões (5,9% do PIB). No acumulado em 12 meses até setembro, essa fatura somou R\$ 699,7 bilhões (6,65%

do PIB) — aumento de 13,1% no período.

O resultado primário (que não inclui os juros) do setor público consolidado, em setembro, ficou no vermelho em R\$ 18,1 bilhões. No mesmo mês do ano passado, o saldo havia sido positivo em R\$ 10,7 bilhões. No acumulado do ano, o sinal também inverteu, passando de um superávit primário de R\$ 126 bilhões para um déficit de R\$ 97,1 bilhões, o equivalente a 1,2% do PIB.

### Pis/Pasep ajuda a melhorar números

Os dados das contas do setor público consolidado só não foram piores em setembro, porque, naquele mês, o Tesouro Nacional incorporou R\$ 26 bilhões em recursos do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep). Esse dinheiro estava em contas esquecidas, que não foram reclamados por mais de 20 anos. A incorporação desses recursos é prevista no artigo 121, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme a Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, a contabilização desses recursos não representam um esforço fiscal do governo. Por isso, eles não foram apresentados pela instituição como parte do resultado primário de setembro. Entretanto, o BC considerou integralmente o impacto dos valores na redução do endividamento público. “Ou seja, aumentaram os ativos financeiros da União, e tanto a dívida pública líquida quanto a dívida pública bruta tiveram redução”, explicou Rocha.

### Divergência

Segundo os dados do BC, a incorporação teve impacto neutro nas Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) “em razão da realização do mencionado ajuste patrimonial”. Entretanto, houve divergência entre as estatísticas do BC e as do Tesouro Nacional, que considerou os recursos como resultado primário e apresentou um superávit primário no mês.

“A não inclusão dos recursos provenientes dos fundos do PIS-Pasep transferidos ao Governo Central no cálculo do Banco Central, por considerá-los apenas como ajuste patrimonial, provocou um nível não usual de discrepância estatística, de R\$ 28,1 bilhões, entre os resultados divulgados por essa instituição e os dados do Tesouro”, destacou Fernando Rocha. (RH)

Houve discrepância de R\$ 28 bilhões entre os dados do BC e do Tesouro”

Fernando Rocha, chefe do Departamento de Estatísticas do BC